

## Produção de Canábis para fármacos é outra conversa

Nelson Carvalho defende a plantação de canábis na Região para produção de fármacos, mas é contra a legalização da droga para fins recreativos

A produção de canábis na Madeira para fim medicinais, ou seja, para a produção de fármacos é uma questão em que Nelson Carvalho, director da Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Ilícitos (UCAD), não vê qualquer impedimento.

No dia em que é votada na Assembleia da República a legalização do uso da canábis para fins recreativos, o responsável mostra duas opiniões diferentes, tendo em conta o uso da substância.

Quanto à produção de canábis para fins medicinais, o psicólogo diz mesmo que “essa é uma questão diferente”, defendendo que na possibilidade de existir uma plantação na Região, há toda uma panóplia de regras que serão cumpridas e fiscalizadas.

Nelson Carvalho explica que uma plantação desse cariz passa por um processo de controlo do INFARMED (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde), que levará a uma autorização, uma avaliação e a todo um conjunto de regras que terão que ser cumpridas à risca, pois será alvo de muitas acções de fiscalização, a semelhança do que já existe noutros países.

“E as entidades nacionais e internacionais estão a regular a situação e a acompanhar”, acrescentou.

Considera que as plantações de canábis para a produção de fármacos devem ser vistas como um segmento de negócio como outro qualquer.

Nelson Carvalho percebe o porquê das preocupações da população quanto a esta questão, pois acredita que há falta de informação quanto a esta matéria.

Uma opinião contrária, defendeu Eduardo Nunes, ex-coordenador do departamento de investigação criminal da Polícia Judiciária do Funchal, em entrevista ao DIÁRIO, anteriormente noticiada, onde referiu que a Região não tem capacidade, nem meios para controlar de forma eficiente e eficaz o processo de produção.

### **“Espero que não seja aprovada” a legalização do canábis**

Por outro, quanto a legalização da canábis para fins recreativos, permitindo mesmo o cultivo próprio, Nelson Carvalho diz mesmo que “espera que não seja aprovada”.

Explicou que nos países onde a canábis foi legalizada, como o Uruguai e os Estados Unidos da América, os estudos que têm sido feitos mostram que a legalização só ampliou mais os problemas sociais.

“A partir do momento em que se legaliza uma droga, a tendência é piorar”, frisou.

Quanto à opinião dos deputados que defendem a liberalização desta droga, como aconteceu com o álcool e o tabaco, o psicólogo adianta que “o conhecimento científico diz que é contraproducente e é um erro crasso fazer essa legalização”.

Nelson Carvalho vai mais longe e diz que há necessidade de haver pareceres científicos quanto a essa legalização, para que a população perceba quais os efeitos na saúde do canábis.

“Estima-se que 25% das doenças mentais devem-se a esta droga”, explicou, salientando que “as pessoas não têm noção do perigo do canábis”.

O psicólogo refere que são experiências do que tem acontecido no mundo e os estudos que comprovam que é um perigo e uma irresponsabilidade, uma leviandade fazer esta legalização.

“Quando um estudo diz que a droga é segura, a tendência das pessoas é consumir”, frisou Nelson Carvalho, defendendo que o consumo não pode ser banalizado, pois esta ideia que querem passar é falsa e preocupante.

Também não vê com bons olhos a venda de canábis nas farmácias, nem considera correcto que um espaço, todo ele destinado a saúde, venda um produto para fins recreativos e que é prejudicial para ao homem.

“Uma farmácia é um estabelecimento de saúde”, frisou, acusado os deputados de desconhecimento no que toca às questões de saúde.

### **Há menos consumo de canábis na Madeira**

Nelson Carvalho apresentou ao DIÁRIO um inquérito realizado ao nível Nacional, entre 2016 e 2017, pela SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências), sobre a prevalência do consumo de canábis ao longo da vida e, no que confere a experimentação, os valores que a Madeira registou são na maioria abaixo da média nacional.

Quanto aos últimos 30 dias, no que toca a experimentação o valor ainda se apresenta mais baixo do que a média nacional, 1% em relação a 3%.

Já um estudo feito aos jovens com 18 anos, no Dia da Defesa Nacional em 2016, mostra que na experimentação de canábis ao longo da vida, 27,3% dos jovens madeirenses já tinham experimentado, um valor abaixo da média nacional que apresenta 31,6%.



## LEGALIZAÇÃO DA CANÁBIS

■ Os diplomas de BE e PAN para a legalização da canábis para uso recreativo, que são hoje votados em parlamento, já têm chumbo anunciado com votos contra de PSD, Recorde-se que nos diplomas apresentados, o BE defende que a venda deve ser feita em estabelecimentos licenciados para o efeito

e que “devem ter, apenas e só, como actividade principal o comércio de plantas, substâncias ou preparações de canábis”, por outro lado o PAN considera que a venda “deve ocorrer exclusivamente em farmácias, porque são pontos de venda neutros”, onde há profissionais habilitados para

prestar esclarecimentos.

Na semana em que foi publicada a regulamentação da lei da canábis para fins terapêuticos, aprovada em julho passado, os deputados vão hoje votar, para legalização da droga para uso pessoal e não medicinal, permitindo mesmo o autocultivo.